

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **26 a 30 de agosto de 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.



SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

Cenário Político: A pauta de discussão deve focar nas queimadas registradas nas últimas semanas na Amazônia e formas efetivas de seu combate. Até o presente momento não constou na pauta da CCJC a PEC. 71 de 1995 que trata do custeio sindical e sobre a organização sindical pela pluralidade.

Na Câmara as atenções estarão voltadas para o projeto de lei que aumenta os casos permitidos de porte de armas e disciplina o registro de atiradores esportivos e caçadores.

No Senado as atenções estarão voltadas para a tramitação da proposta de Reforma Previdenciária, com a possível apresentação de relatório.



Plenário

3ª feira, 4ª feira e 5ª feira

Pauta encontra-se sobrestada com as medidas provisórias que estão com seu prazo de tramitação vencida:

Exploração portuária

Medida Provisória 882 de 2019, que trata sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

Tráfico ilícito de drogas

Medida Provisória 885 de 2019, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Honorário de perícias em ações contra o INSS

Projeto de Lei 2.999 de 2019, que dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e que tramitem sob responsabilidade da Justiça Federal.

Porte de Arma concedido por Decreto

Projeto de Lei 3.723-A de 2019, de iniciativa do presidente da República que altera a Lei do Porte de Armas para alterar as regras sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

3ª feira – 9h30

Audiência pública sobre **Ativismo Judicial**, com os seguintes convidados:

1) Ailton Benedito de Souza, procurador chefe da Procuradoria da República em Goiás; 2) Emerson Cafure, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; 3) Henrique Cunha de Lima, subprocurador geral do Ministério Público de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 4) Ludmila Lins Grilo, juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; 5) Luiz Fernando Pereira, advogado; 6) Noemia Aparecida Garcia Porto, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; 7) Paulo Henrique Cremonese Pacheco, advogado; 8) Ruy Celso Barbosa Florence, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul; 9) Thula Rafaela de Oliveira Pires, professora do Departamento de Direito da PUC-RJ.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

5ª feira – 9h30

Regras para revista íntima

Projeto de Lei 1.941 de 2015, de autoria do deputado Luis Tibé, propondo alterar a CLT para dispor sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho, com relatório do deputado Chiquinho Brazão concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto.

Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira, 9h30

Saque do FGTS e outros benefícios ao trabalhador com doenças degenerativas

Projeto de Lei 8.046 de 2017, de autoria do deputado Ricardo Izar, para permitir aos trabalhadores e dependentes com doenças crônicas degenerativas os seguintes benefícios: a) Permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); b) Inexigibilidade de prazos de carência para a concessão do auxílio doença e da aposentadoria por invalidez; c) Concessão do benefício do passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual; d) Isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma; e) Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis; f) Isenção do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores imobiliários (IOF), com relatório do deputado Hiran Gonçalves concluindo pela aprovação do projeto e da Emenda Adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com substitutivo.



Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

4ª feira às 10h

Dispensa de comunicação de férias

Projeto de Lei 7.164 de 2014, de autoria da deputada Iracema Portella, para alterar o art. 135 da CLT com o fim de dispor sobre hipótese de dispensa de aviso prévio de férias. Propõe o projeto que na hipótese de o empregador fixar as férias conforme período de gozo solicitado pelo trabalhador, é inaplicável o aviso prévio de comunicação das férias, por escrito, com antecedência de, no mínimo, trinta dias, com relatório do deputado Pedro Lucas Fernandes concluindo pela aprovação do projeto.

Institui o Simples Trabalhista

Projeto de Lei 450 de 2015, de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte. O Simples Trabalhista trará prejuízos aos trabalhadores e a toda sociedade impactando negativamente na receita da Previdência Social e do FGTS, quando reduz o salário e os benefícios e com conseguinte redução o consumo em virtude da baixa renda mensal. Matéria relatada pelo deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que apresentou seu voto concluindo pela aprovação do projeto com texto substitutivo contendo os mesmos malefícios do texto original com pequenas alterações para incorporar as modificações decorrentes da Lei da Reforma Trabalhista.

Contrato de autônomo

Projeto de Lei 8.303 de 2017, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), propondo a supressão do art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho, que disciplina a prevê que a contratação do autônomo, observadas as formalidades legais, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º da Consolidação, com relatório da deputada Flávia Moraes (PDT-GO). concluindo pela aprovado do proieto.

Comissão de Minas e Energia

3ª feira, 10h

Lei do gás

Audiência Pública para discutir a Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), bem como o Projeto de Lei 6.407, de 2013, que altera a Lei nº 11.909/2009 e seu apensado, com a participação dos seguintes convidados: 1) Symone Christine de Santana Araújo, diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia; 2) Décio Oddone, Diretor-Geral da ANP; 3) Ricardo Medeiro de Castro, coordenador do Departamento de Estudos do CADE; 4) Álvaro Ferreira Tupiassu, gerente geral de Planejamento e Marketing das Operações de Gás e Energia da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); 5) Marcelo Mendonça, presidente executivo da ABEGÁS; 6) Paulo Pedrosa, presidente da ABRACE; 7) Ricardo de Azambuja Pinto, presidente do Conselho da ATGÁS; 8) Luiz Costamilan, secretário executivo IBP; 9) Wagner Ferreira Cardoso, gerente-executivo da CNI; 10) William Nozaki, representante da FUP; 11) Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel; 12) Fernando Figueiredo, presidente da Abiquim.



Plenário

Limita a concessão de decisões monocráticas nos tribunais superiores

Proposta de Emenda à Constituição 82 de 2019, tendo como primeiro signatário o senador Oriovisto Guimarães, propondo modificar os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais, com parecer aprovado pela CCJ com relatoria do senador Esperidião Amin.

Comissão de Assuntos Sociais

4ª feira às 9h30

Isenção do Imposto de Renda para contribuinte acometido de fibromialgia

Projeto de Lei do Senado 1.853 de 2019, de iniciativa do senador Lucas Barreto, propondo alterar o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, para incluir a fibromialgia entre as doenças que autorizam isenção do imposto de renda das pessoas físicas sobre proventos de aposentadoria ou reforma, com relatório do senador Flávio Arns concluindo pela aprovação do projeto.

Regras sobre Segurança e Saúde do Trabalho

Projeto de Lei do Senado 1.236 de 2019, de iniciativa da senadora Mara Gabrilli, pretendendo alterar a CLT para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência, com relatório do senador Marcos do Val concluindo pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH a 4-CDH.

Regras sobre Segurança e Saúde do Trabalho

Requerimento 101 de 2019, de iniciativa do senador Irajá, propondo a inclusão dos seguintes convidados na audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado 539 de 2018, que acrescenta o artigo 200-A e incisos à CLT para estabelecer regras para o procedimento de regulamentação da segurança e saúde no trabalho: 1) Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); 2) José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Brasília-DF, 26 de agosto de 2019.

Relações Institucionais da CNTC

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.